



CARMEN SOUZA
carmensouza.df@dabr.com.br

PRETOS NO TOPO



Ver para...

Sensibilizar

Até o próximo dia 9, é possível conferir, no Senado Federal, a exposição *Neuromielite Óptica: Você não vê, mas eu sinto*. Por meio de fotografias, vídeos e aplicativo de realidade aumentada, o público poderá entender mais sobre a doença que acomete de 7,5 mil a 10 mil pessoas no Brasil. Boa parte delas, mulheres negras, como Suelly Rezende (foto). A neuromielite óptica (NMO) é nove vezes mais frequente em mulheres do que em homens, com maior incidência entre negras e asiáticas na faixa dos 30 anos. A falta de protocolos clínicos para o manejo da doença e a pouca compreensão das limitações — perda da visão, fraqueza e dores crônicas estão entre os sintomas — dificultam ainda mais a rotina de quem é acometida pela enfermidade rara. “A dor dos pacientes precisa tocar o coração de quem não tem a doença. A comunidade de pacientes necessita de apoio para que as mudanças aconteçam”, diz Karina Domingues, cofundadora da NMO Brasil, que organizou a mostra. A visitação é gratuita, das 8h30 às 17h, no Espaço Ivandro Cunha Lima.

Viviana Farinazzo



Mariana Alves/Iphan



Divulgação

Valorizar

O Iphan lançou neste mês videocasts para celebrar o Dia Nacional do Patrimônio Histórico e Cultural, comemorado no último dia 17. O segundo episódio da série *Nosso Patrimônio* é dedicado à importância do reconhecimento e da preservação dos patrimônios negro e indígena no Brasil. Leandro Grass, diretor do instituto, conduz a conversa com a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, e o rapper e artista brasileiro GOG. A potência da ancestralidade não foi esquecida por Anielle: “Quando falamos que somos memória e patrimônio, é para a gente não esquecer quem veio antes de nós e se sentir representado por isso”. GOG focou no protagonismo social: “Quando a gente fala de patrimônio agora, passamos a falar: nós que vamos cuidar. Nós que estamos à frente”. Os outros três episódios tratam de temas como educação patrimonial, experiência de quem vive em cidades históricas e relação entre desenvolvimento sustentável e patrimônio cultural. Todos eles podem ser conferidos no Canal do Iphan no Youtube e pela Rádio Gov.

Refletir

A provocação foi lançada: qual Constituição teria sido elaborada se, em maio de 1888, as pessoas que estavam sendo libertadas do regime escravocrata no Brasil pudessem participar do projeto de reconstrução do país? E

homens e mulheres de diferentes partes do país recorrem a múltiplas linguagens artísticas para responder à inquietação. As respostas em arte compõem a exposição *Constituinte do Brasil Possível*, em cartaz no Conselho Nacional de Justiça até 26 de setembro. Produtora e idealizadora

do projeto, Mariana Luíza avalia que o resultado do projeto é belo e possível. “Não é fruto de delírios utópicos. Nossos artistas apresentam projetos reais de nação que foram negligenciados por acadêmicos, congressistas, juristas e por governos.” Além das 18 obras originais, a exposição conta com três obras de artistas da região — entre elas, um quadro de Pamella Wyla, da Ceilândia — e uma de Abdias Nascimento. É possível conferir os trabalhos no hall do Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), das 11h às 9h.



Pedro França/Agência CNU

Recortes de cor

Duas pesquisas divulgadas, na semana passada, baseadas em dados oficiais, evidenciam o quanto o racismo estrutural no Brasil é mortífero:

- » 73% dos óbitos por causas externas na juventude são de jovens negros. O risco de morte por causas externas entre jovens homens negros é 22% maior que a taxa do conjunto da população jovem em geral e 90% maior que a taxa de mortalidade de jovens homens brancos e amarelos.



- » 69% das mulheres com atuação na política e ameaçadas entre junho de 2021 e julho de 2025 eram pretas. As ameaças foram feitas em meios digitais sendo a de morte a mais comum: 63,6% dos casos. Em seguida, ameaça de estupro (30,9%), de agressão física (3,6%) e exposição indevida de dados sensíveis (2,2%).

Fontes: 1º Informe epidemiológico sobre a situação de saúde da juventude brasileira: violências e acidentes; e Regime de ameaça: a violência política de gênero e raça no âmbito digital (2025).